



Afro-Ásia

ISSN: 0002-0591

revista.afroasia@gmail.com

Universidade Federal da Bahia

Brasil

Rebelatto, Martha

Fugas e quilombos na Ilha de Santa Catarina, século XIX

Afro-Ásia, núm. 36, 2007, pp. 81-110

Universidade Federal da Bahia

Bahía, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77011144003>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



FUGAS E QUILOMBOS NA ILHA DE SANTA CATARINA, SÉCULO XIX*

*Martha Rebelatto***



As fugas e os ajuntamentos de escravos fugitivos nos denominados quilombos sempre foram uma opção para os cativos em momentos de crise ou quando almejavam uma mudança mais drástica em suas vidas. Os quilombos podiam abrigar escravos que fugiam do cativeiro de forma definitiva ou buscavam um lugar para se esconder dos senhores, dos feitores e dos capitães-do-mato. Podiam também abrigar outras pessoas que precisavam de esconderijos ou de um local para morar, tais como criminosos, desertores ou pobres.

Não devemos esquecer, contudo, que a maioria dos escravos no Brasil não fugiu de seu cativeiro, ou então o sistema teria entrado em colapso. Segundo Eduardo Silva, apesar de as fugas terem sido o aspecto básico da resistência durante a escravidão, poucos cativos, em termos relativos, fugiram.¹ Vários fatores desmotivavam o escravo a escolher a opção do abandono do cativeiro em momentos difíceis ou de descontentamento. Entre os obstáculos às fugas podemos citar: vigilância da sociedade que estava envolta na hegemonia escravista e conside-

* Este artigo é parte da minha dissertação de mestrado “Fugas escravas na Ilha de Santa Catarina no século XIX”, defendida em março de 2006 na Universidade Federal de Santa Catarina, sob orientação da Prof.ª Dr.ª Beatriz Gallotti Mamigonian.

** Mestre em História pela Universidade Federal de Santa Catarina.

¹ Eduardo Silva, “Fugas, revoltas e quilombos: os limites da negociação”, in João José Reis e Eduardo Silva, *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista* (São Paulo, Companhia das Letras, 1989), pp. 62-63.



rava justo denunciar os fugitivos; as ameaças de castigo tanto dos senhores como das autoridades policiais; as dificuldades para manter-se fugido; a possibilidade constante de recaptura, devido aos anúncios dos jornais, que ofereciam recompensas; a presença do capitão-do-mato, entre outros. A análise das fugas e das diversas formas de resistência escrava nos ajuda a problematizar as formas de transgressão e compreender melhor o comportamento e as estratégias escravas.

Este artigo analisa as fugas e a formação de quilombos na Ilha de Santa Catarina, durante o século XIX. As fugas aparecem com freqüência nos anúncios de jornais e os quilombos estão presentes em vários documentos policiais, judiciais e administrativos, geralmente como um problema a ser combatido.

O fato que chama a atenção na Ilha de Santa Catarina é a presença de quilombos de forma mais acentuada somente na primeira metade do século. Após 1850, temos apenas dois indícios de quilombo, um na freguesia do Rio Vermelho, no ano de 1861, e uma batida policial em 1880 para “aprender negros fugidos em um mato”.² Contudo, os jornais de época somente estão disponíveis a partir do ano de 1849, ou seja, os anúncios de fuga de escravos estão acessíveis apenas no período em que a formação de ajuntamentos escravos foi menor na Ilha de Santa Catarina. Com isso, tornou-se difícil traçar o perfil e as motivações dos escravos que fugiam para os quilombos. Uma alternativa foi a análise do contexto e das transformações na escravidão em Santa Catarina e no Brasil, bem como o diálogo com outros trabalhos que debatem este tema.

Os quilombos no final do século XVIII e início do século XIX

Durante o final do século XVIII e a primeira metade do XIX, vários indícios de quilombos salpicaram a documentação administrativa e policial da capital da província catarinense. Contudo, com o passar do tem-

² Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (doravante APESC), *Ofício do chefe de polícia para o presidente da província*, 21/02/1861; Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina (doravante BPESC), *O Despertador*, nº 1833, 6/10/1880. Todos os jornais do século XIX citados neste artigo foram publicado na cidade de Desterro.



po, os ajuntamentos de escravos fugitivos praticamente sumiram da documentação referente à Ilha de Santa Catarina. Uma das explicações para tal fato foi o elevado número de escravos novos, recém-chegados à ilha durante esse período, sejam africanos ou crioulos, vindos de outras províncias. Esses cativos teriam menos a perder em uma fuga do que aqueles já enraizados, com família, laços de solidariedade formados, ou mesmo com um cativeiro já conhecido, onde o escravo sabia como negociar melhorias, mesmo que indiretamente, quando achava necessário. Segundo Manolo Florentino, existe uma correlação positiva entre a freqüência de fugas e a oscilação dos desembarques de escravos nas Américas.³ Para Florentino, o ato de fugir também poderia estar ligado às mudanças enfrentadas pelo negro ao ser afastado do seu ambiente, como resposta à subtração dos códigos culturais que estruturavam sua vida.⁴

Segundo Márcia Amantino, que estudou as fugas e os quilombos no sudeste brasileiro, os africanos predominam nos anúncios de fuga até 1850. Quando os africanos chegavam às fazendas, eram considerados como inimigos, principalmente na disputa por mulheres. Além disso, por não terem raízes, família ou amigos, estavam em uma situação mais propícia à fuga, pois não teriam muito que pôr em jogo, ao contrário dos crioulos, que geralmente possuíam laços de parentesco próximos. Todavia, estes últimos teriam maiores chances em uma negociação com o senhor ou o feitor por conhecerem melhor as normas da sociedade. Resumindo, a fuga envolvia riscos e os escravos tinham consciência das possíveis consequências de tal ato; sendo assim, optavam pela fuga ou não, de acordo com o balanço entre as dificuldades e as oportunidades que encontrariam. Ainda segundo a autora, esse quadro foi modificado após 1850, pois a composição da população escrava se alterou a partir do momento em que a principal fonte fornecedora de africanos para o Brasil foi barrada, sendo que apenas o tráfico interprovincial continuava ocorrendo.⁵

³ Manolo Florentino, “Fugas e quilombos nas Américas: uma reavaliação”, texto apresentado no *X Encontro Estadual de História - Trabalho/Cultura e Poder/3ª Reunião Nacional do GT Estudos de Gênero/II Jornada Nacional de História do Trabalho*, Florianópolis, 30/08/2004.

⁴ Florentino, “Fugas e quilombos”.

⁵ Márcia S. Amantino, “O perfil demográfico do escravo fugitivo”, *Estudos Afro-Asiáticos*, nº 31 (1997), pp. 169-88.



Dados relativos a diferentes freguesias da Ilha de Santa Catarina mostram que o número de escravos africanos foi mais expressivo nas primeiras décadas do século XIX. Walter Piazza apresenta informações a respeito dos africanos na freguesia de Nossa Senhora do Desterro, entre os anos de 1779 e 1841, onde se percebe um maior número deles durante as décadas de 1810 e 1820. Segundo o autor, no ano de 1815 havia 125 escravos africanos nessa freguesia. Até 1826, esse número se mantém bastante estável, tendo apenas uma queda, no ano de 1825, para 62 escravos africanos, subindo novamente para 111, no ano seguinte. Piazza não nos oferece o total de escravos e de habitantes da freguesia para apreciar a importância relativa desses números, mas eles confirmam a presença significativa de africanos, durante a primeira metade do século XIX, na freguesia do Desterro. Através dessa informação, podemos inferir que, de forma geral, a presença de africanos e o comércio de escravos para a Ilha de Santa Catarina aumentaram durante essas décadas. Contudo, após a de 1820, o número de africanos começa a diminuir gradativamente, sendo que, no ano de 1835, segundo a mesma fonte, havia 25 africanos e, no ano de 1840, apenas 8.⁶

A hipótese de ter existido uma relação direta entre o número de escravos novos e a freqüência dos quilombos é reforçada pela amostra dos registros de batismo de escravos africanos adultos no Ribeirão (sul da Ilha de Santa Catarina), no período de 1807-1854. Durante os anos entre 1811 e 1833, o batismo de africanos foi mais intenso, sendo que, posteriormente, esse número começa a diminuir gradativamente no Ribeirão da Ilha. Nos anos de maior incidência, 1817, 1823 e 1827, foram registrados, respectivamente, 35, 26 e 19 escravos africanos adultos, sendo que, no período que vai de 1834 até 1854, há registro de apenas 9 africanos batizados nessa freguesia.⁷ Embora esses dados sejam limitados, pois se referem apenas à freguesia do Ribeirão e à capital, Desterro, são de extrema importância devido à dificuldade de encontrarmos dados

⁶ Walter F. Piazza, *A escravidão negra numa província periférica*, Florianópolis, Garapuva, 1999, p. 62.

⁷ Fernanda Zimmermann e Beatriz Gallotti Mamigonian, “Africanos entre açorianos: tráfico atlântico e trabalho escravo no Ribeirão da Ilha na primeira metade do século XIX”, in *Relatório PIBIC 2003/2004*, Universidade Federal de Santa Catarina/CNPq, 2004, p. 24.





que diferenciem, na população escrava, os africanos e os crioulos, principalmente para a primeira metade do século. Esse número expressivo de africanos recém-chegados pode ter influenciado a freqüência de fugas definitivas e a formação de quilombos. A crescente importação de escravos vindos da África pode estar relacionada com a intensificação da produção e do comércio, nesse período, na Ilha de Santa Catarina, o que justificava a necessidade de maior mão-de-obra escrava.

Na Ilha de Santa Catarina, os primeiros indícios de fugas escravas e de quilombos datam de meados do século XVIII. Segundo o *Registro de Provisões* da Câmara de Desterro, do ano de 1751, registro que regularizava os valores a serem pagos pela captura de escravos fugitivos, os quilombolas eram responsáveis por roubos, mortes e perturbações, devendo ser combatidos. Tamanho era o problema criado por eles que foi instituído o cargo de capitão-do-mato, com o intuito de diminuir as fugas e recapturar escravos fugitivos. De acordo com Sílvia Lara, a determinação do cargo de capitão-do-mato era de caráter local e geralmente era expedida pelas Câmaras ou pelos governadores das capitâncias.⁸

O *Registro de Provisões* de 1751 também esboça uma definição sobre o que devia ser considerado como quilombo. Nesse momento, era considerado “quilombo” todo local que possuísse “ranchos, negros, armas, ferramentas, panelas, pilão”.⁹ Essas especificações são bastante significativas, pois demonstram que, para o local ser considerado como quilombo, devia ter certa estrutura montada. A existência de ranchos implicava que os escravos já estivessem no local há algum tempo e pretendessem permanecer ali mais algum. Também as panelas e o pilão apontavam nesse sentido, pois indicavam o preparo de grãos, talvez plantados no local, para a alimentação ou o comércio. As armas poderiam ser utilizadas tanto para a defesa do local quanto na caça de animais, englobando, segundo o documento, desde armas de fogo e tochas até bastões de madeira.

⁸ Sílvia Hunold Lara, *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, pp. 295-322.

⁹ Arquivo Histórico Municipal (doravante AHM), Livros Históricos, n° 318 (153 B.C.), *Registro de Provisões*, 1751, pp. 12-13.



Esse documento informava ainda os valores instituídos a serem pagos pela captura de escravos fugitivos. Para a Ilha de Santa Catarina e redondezas, as quantias fixadas foram os seguintes:

Por cada escravo ribeirinho que se apanhar desde o Saco do Itacorubi, Rio Pirajubáe pelo Morro da Vila	1\$280
Pelo escravo que se apanhar de Caiacanga, Freguesia da Lagoa, São José, Cacupé	2\$560
Pelo escravo que se apanhar até a Igreja da Cachoeira Manoel de Piar Caiacangaçu	3\$200
Pelo escravo que se apanhar desta paragem, C ^a forra e de Barra de Dentro	5\$000. ¹⁰

Esses valores oferecidos eram como um prêmio, já que se acrescentavam aos dez mil réis do salário designado ao capitão-do-mato. Além disto, o capitão tinha a permissão para ficar com as armas encontradas no quilombo para si. Segundo Lara, esses valores tinham como parâmetro as dificuldades da apreensão: resistência ao aprisionamento, local da evasão e da captura ou sexo do fugitivo.¹¹ Ou seja, a diferença dos valores permitia (e incentivava) que o capitão-do-mato fosse a locais mais distantes, algumas vezes de difícil acesso, já que receberia uma recompensa maior pelo esforço. Essa estratégia de recompensas de acordo com as dificuldades pode ter sido utilizada pelas autoridades para motivar o capitão, já que os escravos poderiam resistir violentamente diante da possibilidade de terem que voltar ao cativeiro. Caso o local de captura fosse distante, com pouca movimentação de pessoas ou condições naturais adversas, esses riscos poderiam ser ainda maiores. Sendo assim, a gratificação oferecida seria como um bônus pelos riscos e pelas dificuldades encontradas em seu ofício.

No século XIX, a Ilha de Santa Catarina era formada por diversos núcleos de povoamento, sendo os principais: Nossa Senhora do Desterro (na parte mais próxima do continente, onde se formava um

¹⁰ Ibid. (Todas as citações de documentos originais tiveram a grafia atualizada).

¹¹ Lara, *Campos da violência*, p. 301.



estreito na baía), Nossa Senhora das Necessidades de Santo Antônio (na baía norte), Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão (na baía sul), Nossa Senhora da Conceição da Lagoa (no interior, estendendo-se para o leste da ilha) e São Francisco de Paula de Canasvieiras (no norte da ilha). A comunicação por terra entre eles era difícil, pois a ilha é montanhosa e era coberta de vegetação e pontilhada de mangues. Com o passar do século XIX, a paisagem foi transformada, com o avanço do cultivo agrícola no interior da ilha. Desterro era o seu centro comercial, pois para essa parte é que se dirigiam constantemente os pequenos produtores e comerciantes, que se aglomeravam na beira do mar, junto ao porto, para vender os mais diversos produtos, em sua maioria, gêneros alimentícios produzidos nas freguesias interioranas da ilha. Além disso, abrigava a parte administrativa da cidade, da capitania e da futura província, localizando-se ali o Palácio do Governo, a Igreja Matriz e a Câmara Municipal, com a cadeia em anexo.¹²

O registro de 1751 também mencionava medidas para evitar que os senhores não pagassem a recompensa aos capitães-do-mato. Era permitido aos últimos soltar os escravos em local afastado, para que pudessem ir aonde quisessem, caso o senhor do escravo capturado se recusasse a pagar a dívida, argumentando, por exemplo, que o escravo não estava fugido e sim cumprindo alguma ordem sua.¹³ Isso mostra que não só as fugas já ocorriam, tanto que se fala em formação de quilombos, como também já existiam algumas práticas senhoriais para evitar os prejuízos causados no processo de recaptura dos fugitivos. Isso tudo nos mostra que, desde pelo menos meados do século XVIII, os escravos fugitivos já representavam um problema na Ilha de Santa Catarina para as autoridades locais que tentavam, através de medidas repressivas, capturar os fugitivos e evitar os crimes que eles cometiam.

Os primeiros indícios de quilombos próximos à Ilha de Santa Catarina, com localização determinada, datam do final do século XVIII. Esse ajuntamento de fugitivos foi localizado na parte continental por

¹² Clemente Gentil Penna, “Vivendo sobre si: estratégias de liberdade de africanos e afro-descendentes na Ilha de Santa Catarina (1870-1888)”, (Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Estadual de Santa Catarina, 2001), p. 24.

¹³ AHM, *Registro de Provisões*, *op. cit.*, p. 13.



uma expedição, comandada pelo Alferes Antônio José da Costa, que vistoriava as estradas, cumprindo ordens do governador, José Pereira Pinto, e do vice-rei, Luiz de Vasconcellos Sousa. Em seu relatório, consta que sua expedição se deparou com um quilombo localizado próximo ao rio Itajaí-Mirim:

No mesmo dia 12 de fevereiro [de 1787] se encontrou trilha de gente, que mostrava ser de um ou dois dias antes, e por não levar força bastante para me opor a qual encontro que pudesse sobrevir, no caso que aquela trilha fosse, como se imaginava, de um grande quilombo de negros fugidos, dei conta ao Governador e suspendi a minha marcha naquele lugar até o dia 26 de fevereiro em que chegou socorro de 1 cabo de esquadra, 13 soldados de tropa paga, 1 furriel e 10 soldados milicianos; todos armados. Dia 27, marchei com toda conduta a examinar o seguimento da dita trilha, e me fui arranchar no rio Itajaí-Mirim, fazendo meia légua de caminho, neste lugar se achou estabelecido um preto por nome Garcia e uma preta por nome Maria, vivendo aí fugitivos havia 18 anos, sustentando-se de caças do mato, que apanhavam em mundéus, e pinhão daquele que abunda este terreno: ele conservava em seu poder vários armamentos e roupas dos soldados debandados da Ilha de Santa Catarina, quando os espanhóis a invadiram no ano de 1777, e alguma roupa do sargento Marcellino de tal, do Regimento de Cavalaria da Cidade do Rio de Janeiro, que ali faleceu, segundo a informação do dito preto, o qual remeti com a preta e tudo o mais ao Governador de Santa Catarina.¹⁴

De acordo com Adelson Brüggermann, que analisou esse episódio em um trabalho sobre a abertura de estradas entre Santa Catarina e São Paulo, o local indicado ficava próximo ao atual município catariense de Angelina.¹⁵ O relato mostra que a expedição temia a existê-

¹⁴ A. J. da Costa, “Relatório da derrota da viagem que eu fiz ao sertão da Terra Firme desta Ilha de Santa Catarina, sendo alferes; cuja viagem fui fazer por comissão do Governador da mesma Ilha, José Pereira, por ordem que teve do Exmo. Vice Rei do Estado Luiz de Vasconcelos e Souza. E suplemento a 1^a derrota ou segunda viagem ao sertão, em 8 de setembro de 1787”; apud Manoel Joaquim D’Almeida Coelho, *Memória histórica da província de Santa Catarina*, Desterro, Typ.de Loper, 1877, p. 187.

¹⁵ Adelsom Brüggermann, “Ao poente da Serra Geral: a abertura de estradas entre a capitania de Santa Catarina e São Paulo no final do século XVIII”, (Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Estadual de Santa Catarina, 2004), p. 47.



cia de um grande quilombo na região, tanto que ficou com medo de prosseguir e pediu reforços. Contudo, só encontraram um casal de escravos fugidos que ali vivia há muito tempo. Talvez esse fosse um local de passagem tanto para escravos fugitivos como para outras pessoas que fugiam ou buscavam auxílio, como o caso do sargento Marcellino, que acabou morrendo ali.

Esse relato traz informações importantes sobre a vida nos ajuntamentos de escravos, principalmente por ser um local permanente de fuga, pois o preto Garcia e a preta Maria contaram já estarem ali há 18 anos. A base da alimentação era a coleta e a caça, sendo que, para esta última, deviam utilizar as armas que relatam possuírem dos soldados debandados da Ilha de Santa Catarina, durante a invasão espanhola de 1777. É possível que alguns escravos tenham aproveitado a situação de desordem na Ilha durante esse evento e fugido, na confusão, junto com os soldados desertores. A presença dos desertores no quilombo, pelo menos por um período, mostra que eles poderiam englobar não apenas escravos fugitivos, mas demais pessoas que precisassem de esconderijo e abrigo, de forma temporária ou permanente. Esses ajuntamentos poderiam servir aos interesses de vários indivíduos e grupos. Outros estudos, referentes a diversas localidades do país, apontam para a presença de índios, desertores ou criminosos, junto com os escravos fugidos. Por exemplo, no quilombo do Rio Moquim, na região sudeste do Brasil, entre as mais de trezentas pessoas que ali viviam, achavam-se também “um padre, pardo, criminoso em Minas”.¹⁶ Flávio Gomes mostra como, na região norte do país, índios, negros e soldados desertores também tentavam sobreviver na floresta, plantando roças e/ou extraíndo dela produtos diversos.¹⁷

Curiosamente, o ajuntamento de escravos catarinense próximo ao Itajaí-Mirim não havia sofrido nenhuma batida policial para combatê-lo até aquele momento, mesmo sendo a permanência do quilombo tão duradoura. A própria estrutura e o local onde ele estava localizado po-

¹⁶ Márcia S. Amantino. “Sobre os quilombos do sudeste brasileiro nos séculos XVIII e XIX”, in Manolo Florentino e Cacilda Machado (orgs.), *Ensaios sobre a escravidão* (Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2003,), vol. 1, p. 241.

¹⁷ Flávio dos Santos Gomes, *A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (século XVII – XIX)*, São Paulo, UNESP/Polis, 2005, p. 82.



dem indicar a resposta para esse questionamento. Segundo as informações passadas pelos dois pretos capturados, não há indícios de que os habitantes desse local cometessem roubos na vizinhança, já que possuíam na própria mata os mantimentos necessários para sua sobrevivência. Além disso, a região escolhida pelos fugitivos era um pouco afastada dos povoados próximos, como demonstra o relato do Alferes Antônio José da Costa e a demora em chegar o auxílio por ele solicitado. O refúgio pode ter permanecido no anonimato por todo esse período, ou simplesmente não ofereceu riscos que justificassem a organização de uma expedição militar para combatê-lo.

Segundo Márcia Amantino, os quilombos podem ser classificados em três categorias, conforme o seu grau de independência e de sustentabilidade: auto-suficientes, dependentes e mistos. Os primeiros seriam aqueles que possuíam uma economia baseada na agricultura e/ou na pecuária, capaz de sustentar seus membros, com existência de liderança e realização de trocas comerciais. Os dependentes incluíam os quilombos que não queriam ou não conseguiam garantir por si mesmos a segurança do grupo; sua população em geral era pequena e se deslocavam sempre que apareciam sinais de aproximação. Já os mistos seriam um meio termo entre os dois acima citados ou até um período de transição entre os mesmos.¹⁸ Ainda segundo essa autora, a maioria dos quilombos brasileiros se enquadrava como dependentes, possuindo estruturas menores e sobrevivendo de saldos de ataques.¹⁹

Foram os saques e os roubos que muitas vezes fizeram tanto autoridades como senhores se mobilizarem para destruir os quilombos e capturar os fugitivos que neles se abrigavam. Foi o que ocorreu na Ilha de Santa Catarina, em agosto do ano de 1822, quando quilombolas foram acusados de praticar furtos na freguesia da Lagoa.²⁰ Essa freguesia possuía características rurais, sendo a farinha de mandioca e a cachaça seus principais produtos.²¹ É bem possível que, assim como o Ribeirão

¹⁸ Amantino, "Sobre os quilombos", pp. 235-62.

¹⁹ Ibid., p. 250.

²⁰ APESC, *Ofício dos juízes de fora para o presidente da província*, 19/08/1822.

²¹ Joice Farias, "A Lagoa da Conceição também é dos pretos! Experiências dos grupos populares no leste da Ilha de Santa Catarina (1870-1880)", (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, 2003).





da Ilha e Desterro, a Lagoa estivesse recebendo africanos recém-chegados no tráfico, portanto, ainda desenraizados. Segundo dados do mapa de população de Santa Catarina do ano de 1820, os escravos representavam mais de um quarto da população durante esse período (27%), sendo a população composta por 2.021 livres, 48 libertos e 793 cativos.²² Em relação aos cativos, o mapa apresenta uma distinção entre pretos (725) e pardos (68). Se pudermos assumir que os africanos foram classificados como “pretos”, estes representariam 91% dos escravos, na Lagoa, em 1820.

A notícia de que havia um quilombo nessa localidade, atormentando a população, foi relatada pelo juiz de fora, Francisco José Nunes, através de um ofício enviado ao presidente e a membros da Junta do Governo Provisório da província. Segundo o documento, os moradores da Lagoa reclamavam que os negros reunidos em um quilombo estavam realizando furtos para obterem os mantimentos de que necessitavam para sua sobrevivência. Francisco Nunes comunicava ainda que enviaria um dos capitães-do-mato para ver se ele conseguia apanhar os fugitivos. A localização inexata do quilombo, tanto por parte da comunidade local como por parte da polícia, pode indicar-nos que não se sabia ao certo onde o ajuntamento se localizava. A região da Lagoa possui vários morros encobertos de mato, que poderiam ter possibilitado a formação de um quilombo, assim como fornecido uma proteção natural a esse, devido, principalmente, à dificuldade de sua localização.

Ainda em dezembro de 1822, há novos indícios de quilombos. Em correspondência entre o governador e o juiz de fora há informações de que estava sendo autorizada uma nova investida contra vários locais onde se achassem aquilombados pretos fugidos, pois uma primeira busca realizada não havia sido eficaz. Isto mostra que os quilombos estavam perturbando a população, o que justificava o empenho das autoridades em combatê-los, mesmo diante de um primeiro fracasso. Também data do mesmo ano outro ofício do juiz de fora, Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva, demonstrando preocupação com os quilombos que se estavam

²² Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, Santa Catarina, I-31/29/18, nº 9, *Mapa de população*, 1820.





multiplicando pela Ilha de Santa Catarina. O documento é endereçado ao presidente da província, Luiz Mauricio da Silveira, solicitando-lhe ordens para prender e castigar escravos fugitivos. Segundo o juiz, o pedido justificava-se, pois havia um crescente número de escravos fugitivos que encontravam nos bosques um lugar seguro, associando-se em “corporações ilícitas” e causando perturbações aos direitos sociais e ao sossego do povo.²³

Os quilombos eram ali chamados de “corporações ilícitas”. Muito provavelmente, seus membros estavam também cometendo roubos e confrontando a população, por isto, foram consideradas como perturbadores. Ao que tudo indica, não foram poucos os quilombos na Ilha de Santa Catarina e seus arredores. Muitos documentos policiais fazem referência à necessidade de buscas e apreensão de escravos fugitivos ajuntados em quilombos. Contudo, a maioria das referências não explicita um local exato onde se encontraria o quilombo ou aparece apenas uma vez na documentação, não possuindo o desfecho do caso. Isso nos faz crer que os ajuntamentos de escravos possuíam certa mobilidade e uma estrutura pouco complexa ou que, em muitos momentos, não despertaram a ira da população local, permanecendo em semi/falso anonimato.

Além disto, é possível que alguns fugitivos migrassem de um quilombo para outro, conforme a necessidade e a ameaça de recaptura. Foi isso que aconteceu, aparentemente, com a escrava Rita, no ano de 1842.²⁴ Conforme a correspondência enviada pelo presidente da província ao chefe de polícia, no dia 17 de agosto desse ano, a escrava havia fugido da viúva do tenente coronel José Pedro da Cunha Bitancourt havia três meses. No momento da fuga, essa escrava tinha também roubado o tabuleiro com o qual vendia doce antes da fuga, sendo que o acesso ao tabuleiro e a venda de doces nos levam a pensar que Rita provavelmente era escrava de ganho. Ser escravo de ganho representava que Rita devia possuir uma rede de contatos relativamente ampla, pois esse tipo de cativo tinha o direito de circular mais livremente pela

²³ APESC, *Ofício dos juízes de fora para o presidente da província, op. cit.*

²⁴ APESC, *Registro das correspondências do presidente da província para os juízes, 17/08/1842.*





cidade e conversar com as pessoas para poder vender seus produtos e serviços. Segundo esse documento, a dita escrava havia sido vista nas regiões de Santo Antônio, Rio Vermelho, Lagoa e Ribeirão e havia indicações de que estava em um tal “quilombo do Faxinal”. Em outras palavras, Rita continuou circulando pela Ilha de Santa Catarina, mesmo após sua fuga do cativeiro. Não sabemos se em agosto ela foi recapturada, mas Rita reapareceu na correspondência entre o presidente da província e a polícia. Em 22 de setembro de 1842, consta que ela se encontrava em Biguaçu (na parte continental de Santa Catarina), na fazenda de Joaquim Luiz do Livramento. Com isto, o presidente da província solicitou que fossem emitidas as ordens necessárias para a prisão da dita escrava.²⁵ Isto indica que talvez Rita tenha sido informada a respeito das buscas preparadas para sua captura e, com isto, mudado seu local de esconderijo. Além da possibilidade de manutenção da fuga através da transferência para outro local, esse caso demonstra a gama de relações e de informações que envolviam fugitivos, cativos, livres e libertos. Segundo Silvia Lara, a solidariedade existente entre os cativos, mesmo de propriedades diferentes e até com libertos e livres, facilitou o auxílio, o acoitamento e o apadrinhamento de escravos fugitivos.²⁶ Ora, Rita permaneceu algum tempo fugida, sendo que continuava movimentando-se pela Ilha. Além disto, possivelmente obteve informações a respeito de buscas para capturá-la a tempo de trocar seu esconderijo.

A sólida relação entre os escravos e destes com parcela da comunidade fica clara no caso do escravo fujão de nome Bernardo. No documento que relata sua fuga, o que chama a atenção são as informações a respeito de reuniões e acoitamento de escravos na casa de um preto forro na Barra da Lagoa. Consta no documento que Bernardo, em fugas anteriores, havia sido aceito na casa de um escravo forro na Barra da Lagoa e que nessa casa havia ainda reuniões de escravos, reuniões que também ocorriam no Canto de Manoel Vieira e no Rio Tavares. O documento faz referência ainda a outros locais onde ocorriam ajuntamentos de escravos fugitivos, facilitados por forros, e mais um local na

²⁵ APESC, *Registro das correspondências do presidente da província para os juízes*, 22/09/1842.

²⁶ Lara, *Campos da violência*, pp. 238-40.



Palhoça, no continente, na casa do major Anacleto José Pereira da Silva, que também ajuntaria escravos fugitivos sob “admissão do preto chamado Catráhio alcunhado de mandingueiro”. Esse documento “mapeia” os lugares onde os escravos se escondiam.²⁷ Tais fatos nos mostram que havia locais onde os escravos sabiam que encontrariam apoio e cobertura em sua fuga e que esses locais não eram apenas de fugitivos, mas também de encontro de escravos em geral. Isto indica que os escravos, alguns pelo menos, se conheciam bem, eram amigos e se encontravam com freqüência, seja para conversar, seja articular fugas ou informar-se sobre situações referentes à escravidão ou para dançar. Não eram apenas nas casas de ex-escravos que os cativos fugitivos encontravam um local seguro para se esconder, a casa de um major também é citada como esconderijo para os mesmos. Resumindo, embora a vida social não fosse tão intensa, os escravos possuíam capacidade de articulação, bem como de difusão de informações entre eles.

Os referidos quilombos do Faxinal e da Lagoa, acima citados, aparecem também em outros documentos policiais. Em 2 de agosto de 1842, o presidente da província envia uma correspondência ao juiz municipal da cidade de Desterro, referente a negros aquilombados no lugar denominado Faxinal, porém não informa em qual freguesia estava localizado.²⁸ Segundo esse documento, no distrito da Lagoa, na parte próxima ao Rio Tavares, e no local denominado Faxinal, havia negros aquilombados que estavam roubando roças e gado na vizinhança. Esses fatos fizeram com que o presidente da província solicitasse às autoridades locais que enviassem, com o “segredo e a cautela necessários”, uma expedição para chegar ao referido quilombo. Menciona ainda que estava disponibilizando também a Guarda Nacional do distrito para tal empreitada. Porém, até o dia 9 daquele mês nada havia sido feito, já que novamente há menção, na correspondência oficial, agora do chefe de polícia para o presidente da província, da preparação da dita expedição ao quilombo do Faxinal.²⁹

²⁷ APESC, *Registro das correspondências do presidente da província para os juízes*, 28/01/1842, fls. 56-57.

²⁸ APESC, *Registro das correspondências do presidente da província para os juízes*, 2/08/1842, fl. 65.

²⁹ APESC, *Ofício do chefe de polícia para o presidente da província*, 9/08/1842, vol. 2, fl. 42.



Não temos mais informações sobre essa expedição, qual seu resultado e mesmo se ela chegou a ocorrer.

A questão-chave, que desencadeou a necessidade da população de desativar tal quilombo, foi o roubo de gado e de roças. Esse fato passou a incomodar a população, que se via lesada e resolveu tomar medidas para desmobilizar os quilombolas e restituir a posse dos cativos a seus senhores. Contudo, nem sempre era vantajoso para os moradores próximos a quilombos criarem atrito com os mesmos. Como nos mostra Flávio Gomes, as estratégias de defesa e proteção dos quilombolas tinham um conteúdo tanto militar quanto econômico.³⁰ Em outras palavras, muitas vezes os quilombolas negociavam seus excedentes ou os produtos adquiridos em saques e roubos com os comerciantes e vendedores locais, criando alianças de solidariedade. Além disso, os quilombolas podiam preferir saquear os locais cujas pessoas não colaborassem consigo. Fazendas, roças, criações, entre outros, cujos donos ou responsáveis fossem contrários à presença dos quilombolas poderiam sofrer mais ataques.³¹ Tudo isto fazia com que em muitos momentos não fosse conveniente para a população local tomar medidas contra os quilombolas. Como geralmente tomamos conhecimento da existência dos quilombos a partir de relatos policiais, permanecem desconhecidos e ocultos os quilombos que não sofreram ataques ou não preocuparam as autoridades locais.

Porém, devemos observar também que, em muitos casos, os quilombos não eram atacados com o propósito de desmobilização, devido às precárias condições da polícia. Segundo dados do relatório do presidente de província do ano de 1842, as forças policiais encontravam-se desfalcadas:

Por conservar entre os indivíduos desta força [policial] quanto é possível, a pureza que a conveniência pública exige, e a lei quer, forçoso foi despedir dela alguns guardas, que por terem relaxado não serviam bem. Ela deve ter um efetivo de 65 praças, que nem sempre pode estar completo, e ainda que esteja é sem dúvida que

³⁰ Gomes, *A hidra e os pântanos*, p. 169.

³¹ Ibid.





tal número para ocorrer à precisão que do auxílio desta força tem todos os distritos, mas não ouso propor que seja aumentada, porque atento às deficiências de renda da Província.³²

Como fica demonstrado, as forças policiais não eram suficientes para cumprir todas as exigências necessárias da comunidade. Esse documento também fornece informações sobre a Guarda Nacional da província, completamente organizada e adiantada nas instruções, porém sofri-velmente armada.³³ Esses dados apontam para a dificuldade que era mobilizar uma tropa apenas para combater um quilombo. Uma empreitada desse porte poderia levar dias, deixando ainda mais desfalcada a força policial disponível para as demais emergências e práticas de rotina da polícia. Essa falta de pessoas capacitadas para caçar e enfrentar os quilombolas pode ser percebida nos documentos analisados. As barreiras em combater os ajuntamentos escravos não se restringiam apenas ao difícil acesso aos quilombos ou ao receio das armadilhas que possivelmente os quilombolas tivessem preparado para evitar o alcance de intrusos, mas também à falta de policiais preparados para tal objetivo.

Após 1850, como já foi mencionado, há uma diminuição nos registros de aparições de quilombos na Ilha de Santa Catarina, mas eles ainda se fazem presentes esporadicamente. No dia 21 de fevereiro de 1861 o chefe de polícia solicita ao presidente da província que autorize uma diligência, a fim de prender alguns escravos fugidos e desertores em um quilombo no distrito do Rio Vermelho.³⁴ A solicitação pedia a liberação de quatro praças da cavalaria da força policial para acompanhar Custódio José da Cunha Dutra, no dia 23, nessa expedição. O Rio Vermelho já havia tido, no ano de 1842, indícios de quilombos. Essa localidade possuía um número significativo de escravos, durante esses dois momentos, segundo censos populacionais de datas próximas ao aparecimento de quilombos. No ano de 1840, o Rio Vermelho possuía

³² Antero Jozé Ferreira de Brito, *Falla que o presidente da província de Santa Catarina, o marechal de campo graduado Antero Jozé Ferreira de Brito, dirigiu à Assembléia Legislativa da mesma província na abertura da sua sessão ordinária em o 1º de março de 1842*, Desterro, Typ. Provincial, 1842, pp. 7-8. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/929/index.html>, acessado em 26/12/2007.

³³ Ibid., p. 7.

³⁴ APESC, *Ofício do chefe de polícia para o presidente da província*, 21/02/1861.



um total de 1.351 habitantes, sendo 948 livres e 403 escravos, ou seja, nesse momento, quase 30% da população era escrava.³⁵ Já no ano de 1859 essa freguesia possuía 1.476 habitantes, sendo 1.092 livres, 82 libertos e 302 escravos.³⁶ Logo, aproximadamente 20% da população era escrava e outros 5% eram libertos. Embora o número de escravos tivesse diminuído, continuava representando uma parcela importante da população. Infelizmente, não temos como saber a porcentagem de africanos e crioulos entre os escravos para essa freguesia nos referidos períodos.

Essa nova ocorrência de um quilombo na mesma localidade pode indicar duas situações distintas. A primeira, que se tratava do mesmo quilombo. Se considerarmos essa hipótese, podemos pensar que as buscas de captura, organizadas no ano de 1842, não tiveram muito sucesso. Outra possibilidade é que fosse uma nova organização, talvez motivada pela existência de local propício, morro e mata, para esse tipo de ajuntamento de fugitivos.

O último quilombo de que tivemos notícias em Desterro foi encontrado no ano de 1880. A notícia da existência de um ajuntamento de escravos fugitivos foi relatada pelo jornal *O Despertador*, em 6 de outubro de 1880. Segundo este jornal, havia sido realizada uma batida policial em um mato denominado Estanislau, “para prender vadios, escravos e mulheres de má vida que se escondiam no local”. Ainda segundo o relato, os moradores do local costumavam também empregar-se no jogo. O delegado responsável pela investida contra o quilombo disse, através do jornal, acreditar que os quilombolas tivessem sido avisados com antecedência sobre a batida, pois só havia encontrado “três crioulos” no local, os quais prendeu e mandou entregar aos seus senhores.³⁷ Nesse momento, já podemos perceber uma maior integração entre escravos e livres pobres, com o propósito de esconder-se das autoridades e, no caso dos escravos, também de seus senhores.

³⁵ Antero Jozé Ferreira de Brito, *Falla que o presidente da província de Santa Catarina, o brigadeiro Antero Jozé Ferreira de Brito, dirigiu à Assembleia Legislativa da mesma província na abertura da sua sessão ordinária em o 1º de março de 1841*, mapa 15; in <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u902/index.html>, acessado em 26/12/2007.

³⁶ APESC, *Ofícios do delegado de polícia para o presidente da província*, 1959, fls. 94-100.

³⁷ BPESC, *O Despertador*, nº 1833, 6/10/1880.



Os ajuntamentos de escravos fugitivos estiveram presentes, na Ilha de Santa Catarina e nas suas proximidades, na parte continental, durante parte do século XVIII e do século XIX. A chegada de escravos novos, sejam eles africanos ou crioulos, indica uma possível motivação para a formação dos quilombos. Esses escravos tinham pouco a perder em uma fuga, pois haviam sido separados dos seus afins pelo tráfico atlântico (externo) ou interprovincial (interno) e provavelmente ainda não tinham refeito laços familiares ou de amizade fortes que os prendessem ao cativeiro. Com o passar do tempo, o escravo criava relações íntimas dentro do escravismo, o que poderia influenciar em sua permanência junto a amigos e familiares, desincentivando a fuga. Além disto, o maior conhecimento do cativeiro (senhor, localidade, forma de trabalho e regras), adquirido com o passar do tempo, ampliava a possibilidade de o escravo barganhar e/ou lutar por melhorias na suas condições de trabalho e de vida. Ao que tudo indica, a diminuição da entrada de escravos novos esteve relacionada com a diminuição dos quilombos, pois os escravos crioulos possuíam um leque maior de opções no que se refere a pequenas mudanças que podiam ser decisivas na hora de o cativeiro optar pela fuga ou pela permanência em cativeiro.

Fugas escravas na segunda metade do século XIX

É possível observar um significativo aumento no comércio na Ilha de Santa Catarina, em Desterro mais especificamente, a partir de meados do século XIX. A exportação de farinha mantém sua força, sendo que se mantinha, nas décadas de 1870 e 1880, como a maior fonte de arrecadação da província. Segundo Clemente Penna, durante esse período, a Ilha de Santa Catarina ainda possuía diversas propriedades envolvidas na produção de farinha e cachaça, gerando excedentes suficientes para a manutenção e a renovação dos investimentos em trabalho escravo.³⁸

Esse incremento no comércio pode ser percebido pela emergência de um novo grupo social, ligado às atividades mercantis com influ-

³⁸ Clemente Gentil Penna, “Escravidão, liberdade e os arranjos de trabalho na Ilha de Santa Catarina nas últimas décadas de Escravidão (1850-1888)”, (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, 2004), pp. 35-42.



ência centrada basicamente nas atividades comerciais relacionadas ao porto. Tratava-se de armadores, comerciantes, agenciadores e construtores de navios, que se beneficiaram do desenvolvimento do comércio.³⁹ Paulino Cardoso também nos mostra algumas melhorias que foram sendo feitas na região portuária durante esse período, para facilitar o acesso e as atividades marítimas. Segundo este autor, mesmo sendo conhecida a pouca profundidade do porto e do canal do Taboleiro, que dava acesso à Baía norte, e as condições ruins dos ancoradouros e dos trapiches, o número de exportações não era pequeno. Isso ocorria, pois uma quantidade expressiva de gêneros de primeira necessidade eram trazidos de canoas e lanchões das freguesias rurais da ilha e por pequena cabotagem dos portos de Tijucas, Laguna, Barra Velha, Camboriú, Garopaba, Itajaí, São Francisco e outras localidades do litoral catarinense.⁴⁰ As mercadorias eram transportadas dentro da Ilha de Santa Catarina até o porto de Desterro através de pequenos ancoradouros existentes em diversas freguesias; como ressalta Penna, Santo Antônio, por exemplo, possuía pelo menos três ancoradouros.⁴¹

Esse aumento no comércio e nas atividades relacionadas ao porto ocorreu juntamente com uma maior urbanização, principalmente da área de Desterro, e um aumento da população. Porém, como mostram estes autores, a agricultura não foi abandonada, já que a produção de farinha continuou forte, sendo o carro-chefe das exportações catarinenses.

A população da Ilha de Santa Catarina era de 16.216 livres e 3.692 escravos no ano de 1855.⁴² Já em 1872, o número de livres passou para 22.272 e o de escravos, para 2.940.⁴³ Houve um crescimento significativo da população da Ilha de Santa Catarina nesse período. A

³⁹ Ibid., p. 48. Ver também: Joana Maria Pedro, *Mulheres honestas mulheres faladas: uma questão de classe*, Florianópolis, Editora da UFSC, 1998; e Henrique L. P. Oliveira, “Os filhos da falha: assistência aos expostos e remodelação das condutas em Desterro (1828-1887)”, (Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1990).

⁴⁰ Paulino de Jesus Francisco Cardoso, “Negros em Desterro: experiências de população de origem africana em Florianópolis, 1860-1888”, (Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004), pp. 61-63.

⁴¹ Penna, “Escravidão, liberdade e os arranjos de trabalho”, p. 45.

⁴² João José Coutinho, *Relatório do presidente da província de Santa Catharina em 1º de março de 1855*, p. 36. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/942/index.html>, acessado em 26/12/2007.

⁴³ IBGE, Biblioteca Central do IBGE, *Recenseamento geral de 1872*, vol. 1.



diminuição da população escrava pode ser atribuída principalmente à alforria, mas também ao tráfico interno, mais intenso a partir de meados da década de 1860. Entre os livres há significativo número de libertos, o que pode ser comprovado pelos indicativos de cor da população livre existentes para 1872: entre os homens, eram aproximadamente 85% brancos, 14% pardos e pretos e 1% caboclos; e, entre as mulheres, 84% brancas, 15% pardas e pretas e 1% caboclas.⁴⁴ O grande aumento da população na Ilha de Santa Catarina, exposto no censo de 1872, se devia ao fortalecimento do comércio e da urbanização. Ainda segundo dados desse censo, 72% dos escravos tinham uma profissão definida e os outros 28%, não. Porém, esses números devem ser relativizados, pois nem toda profissão é especializada, algumas abarcando várias tarefas distintas. Além disto, em alguns casos, o escravo poderia fazer mais coisas do que as especificadas em sua profissão, pois a maioria das definições se mostra bem abrangente.

Analizando os anúncios de fuga retirados dos jornais de Desterro durante os anos de 1849 a 1888, podemos perceber um pequeno número de fugitivos com profissão definida. Dos 156 anúncios que analisamos, apenas 23 continham indicações específicas referentes à profissão dos fugitivos.⁴⁵ Esses dados são reflexos de várias situações, que passam pela distribuição das funções que deveriam ser cumpridas pelos escravos, condição dos escravos com profissão na sociedade e motivação para as fugas. Em relação à primeira circunstância, as pequenas propriedades e plantéis escravos sugerem que esses eram utilizados em diversas funções; sendo assim, apenas um pequeno número de escravos teria possuído uma função específica. Já quanto ao segundo caso, a especialização poderia melhorar a vida do cativo, pois lhe daria alguns instrumentos de barganha diante de seu senhor, tendo menor propensão à fuga. A especialização poderia garantir uma situação privilegiada ao escravo por dois motivos básicos: primeiro, o senhor não poderia delegar

⁴⁴ Ibid.

⁴⁵ BPESC, jornais de Desterro, 1849-1888. Os jornais consultados foram: *O Conciliador Catharinense* (1849), *O Novo Íris* (1850-1851), *O Conservador* (1852), *Correio Catharinense* (1852-1854), *O Argos* (1856-1861), *O Cruzeiro do Sul* (1858/1859), *O Mensageiro* (1855-1857), *O Progressista* (1860-1861), *O Mercantil* (1861-1868), *O Despertador* (1863-1885), *Comercial* (1868), *A Regeneração* (1868-1888), *A Província* (1870-1872), *Opinião Catharinense* (1874-1875), *Jornal do Comércio* (1880-1888).



os trabalhos pertinentes a esse escravo a qualquer outro; segundo, alguns trabalhos mal-feitos poderiam colocar em risco toda a produção. Essa relação de dependência entre o senhor e o escravo especializado pode ter garantido, em alguns momentos, uma condição melhor para esses cativos. Quanto à motivação para as fugas, esses escravos especializados talvez tivessem mais chance de negociar, fugindo apenas quando os objetivos da negociação não fossem alcançados. Porém, como nos alerta Silvia Lara, a especialização dos escravos também poderia despertar o interesse de pessoas em seus serviços, auxiliando-os durante a fuga, em troca da prestação de trabalho, seja de forma gratuita ou não. Essa alternativa pode ter sido utilizada por cativos que não conseguissem barganhar seus anseios junto aos senhores ou seus representantes.⁴⁶

Podemos citar, como exemplo, um caso que ilustra claramente motivos desvinculados do trabalho que levaram escravos especializados à fuga. Refere-se ao escravo Domingos, que fugiu no ano de 1849 do senhor Luiz Cabral. Domingos, que fugiu acompanhado de outro escravo do mesmo senhor, era de nação mina e de profissão padeiro. Segundo o anúncio, feito por seu senhor em março de 1850, os dois cativos já estavam fugidos desde o ano anterior e Domingos estava sendo colocado à venda. A venda pode ter sido justamente o motivo que ocasionou a fuga de Domingos, tanto por deseja-la, caso tenha fugido antes de ter sido posto à venda, ou para evitá-la, caso o escravo soubesse da pretensão de seu senhor de vendê-lo e se opusesse à mesma, já que esses dados não ficam claros no anúncio.⁴⁷ Porém, ainda no ano de 1850, há outro anúncio falando da fuga de Domingos; agora seu senhor era João Martins Barboza, que relata ter comprado esse escravo quando ele já estava fugido; relata também que comprou o outro escravo que fugiu com Domingos, chamado João.⁴⁸ Silvia Lara levanta a possibilidade de acordos entre cativos e seus potenciais compradores para a realização de fugas. Isto porque o custo da recuperação do fugido poderia fazer baixar o preço do escravo na hora da venda.⁴⁹

⁴⁶ Lara, *Campos da violência*, p. 186.

⁴⁷ BPESC, *Conciliador Catarinense*, nº 87, 06/03/1850.

⁴⁸ BPESC, *O Novo Íris*, nº 34, 05/07/1850.

⁴⁹ Lara, *Campos da violência*, p. 156.





A venda esteve ligada a uma série de relações e costumes, sendo um momento decisivo na vida de diversos cativos e de suas famílias e um campo de luta. A permanência de um cativeiro em um determinado local possibilitava a constituição de família e de laços de solidariedade mais fortes. Com a venda, rompiam-se esses laços e o escravo se via em uma situação mais crítica, pois poderia ir para um lugar desconhecido, com formas de trabalho e expectativas de comportamento diferentes daquelas às quais estava acostumado, ou, então, o escravo, diante de um cativeiro insuportável, poderia ver na venda uma forma de melhorar, ou pelo menos de mudar de vida. Segundo as experiências dos escravos e as condições do cativeiro (local, estruturas, vigilância, punições, etc.) os mesmos tentavam interferir na sua venda, antes e depois de ela ser efetivada.⁵⁰

Além da especialização, outro motivo que talvez tenha favorecido a permanência dos escravos no cativeiro diz respeito à existência de família. Infelizmente, através dos anúncios de fuga dos jornais de época, não temos como perceber o tipo de relações familiares que envolviam os escravos fugitivos. Porém, apenas em um caso analisado há indícios de uma fuga englobando mais de um membro de uma família. Além disto, alguns autores contemporâneos apontam para a família escrava como um instrumento de luta e de melhorias dentro do cativeiro.

Segundo Robert Slenes, questões aparentemente pequenas, em se tratando de escravidão, como o casamento entre escravos, estavam repletas não só de simbologias, como representaram melhorias concretas para a vida em cativeiro. Ter uma família implicava, muitas vezes, na garantia de um espaço melhor para moradia, do controle sobre um fogo doméstico, do acesso ao cultivo da terra em benefício próprio, assim como da organização de sua economia doméstica. Para o autor, a família escrava pode ser vista como um “projeto de vida”, onde se travava a luta entre senhor e escravo e se definia a própria estrutura e destino da escravidão.⁵¹ É exatamente nesse ponto que Slenes se opõe à

⁵⁰ Silvia H. Lara, “Trabalhadores escravos”, *Trabalhadores*, n° 1 (1989), p. 9. Ver também: Sidney Chalhoub, *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

⁵¹ Robert Slenes, *Na senzala uma flor: esperança e recordações na formação da família escrava - Brasil Sudeste, século XIX*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999, p. 49.



visão de Manolo Florentino e José Roberto Góes, que analisaram a família escrava como um elemento pacificador das senzalas, ou seja, estes dois autores consideram que a família escrava funcionava como instrumento de apaziguamento das insatisfações escravas.⁵² Ao contrário, Slenes acredita que a formação de família gerou uma luta constante por melhorias que influenciaram nos rumos da escravidão no Brasil.

Dos casos de fugas aqui analisados, a família aparece apenas em um caso de fuga de um casal. Porém, em vários outros anúncios, o afastamento da família aparece como motivo da fuga, ou seja, o cativo fugiu para juntar-se a algum parente de quem estava afastado, provavelmente pela venda. A fuga do casal que mencionamos tratava dos escravos Antonio e Maria que fugiram de Silvério Ferraz Pinto de Sá, em 21 de junho de 1850.⁵³ Porém, não temos indícios que apontem para o motivo da fuga, o único dado que seu senhor ressalta é que anteriormente eles pertenceram a Thomé da Rocha, de São Miguel. Talvez tenham voltado para esse local por possuírem amigos e outros familiares ali, mas isso não fica explícito no anúncio.

Analisaremos dois exemplos que mostram a fuga como meio para juntar-se à família. O primeiro diz respeito a um escravo chamado Luiz. Segundo o anúncio de seu senhor, datado de junho de 1851, havia informações de que o fugitivo estava “aparceirado com uma negra”, também fugida, nas proximidades do fundo do Morro da Caridade. Esse anúncio levanta a suspeita de que Luiz tenha fugido justamente para permanecer com a parceira com a qual estava escondido.⁵⁴ O outro caso fala do escravo Raimundo, de 18 anos, que fugiu no dia 9 de dezembro de 1851. Seu senhor, Luciano José da Costa, declara no anúncio que Raimundo havia sido visto quando passou pela Vila de São Miguel e que o escravo, naquela ocasião, havia falado que estava dirigindo-se para a casa de seu pai, em São Francisco.⁵⁵ Esse caso novamente aponta para o rompimento ou o afastamento da família como motivo para a

⁵² M. Florentino e J. R. Góes, *A paz nas senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1850*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1997.

⁵³ BPESC, *O Novo Íris*, nº 35, 09/07/1850.

⁵⁴ BPESC, *O Novo Íris*, nº 130, 21/06/1851

⁵⁵ BPESC, *O Novo Íris*, nº 179, 16/12/1851



fuga; afinal, Raimundo fugiu e estava direcionando-se para a casa do pai, em uma outra cidade do litoral norte catarinense. Não temos como afirmar se na Ilha de Santa Catarina a presença de família escrava ajudou a fixar os escravos no cativeiro, pois há poucos trabalhos sobre família escrava. Contudo, temos indícios que apontam para o rompimento/distanciamento dessa como um motivo para a fuga, seja de forma definitiva ou apenas para uma visita não autorizada pelo senhor. Essas fugas parecem ter ocorrido devido à existência de um conflito entre as perspectivas do escravo de permanecer próximo à família e do senhor, que o havia afastado dos familiares.

A existência de família ou de crianças dependentes de suas mães parece ter sido também um dos motivos do menor número de mulheres do que homens entre os escravos fugidos. Dos fugitivos identificados nos anúncios de jornais, 124 eram homens e 32, mulheres.⁵⁶ Essa diferença, bastante significativa – quase 80% eram homens – possui várias explicações e é observada também em outros estudos referentes a fugas no Brasil. A primeira explicação é que as mulheres representavam um número menor na população escrava da Ilha de Santa Catarina. Dos 3.597 escravos relatados no documento enviado pelo delegado de polícia, João Pinto da Luz, ao presidente da província, Francisco Carlos de Araújo Brusque, 1.929 eram homens e 1.668 eram mulheres. Isto é, segundo esse documento, no ano de 1859, 54% da população escrava da Ilha de Santa Catarina era formada por homens e 46%, por mulheres.⁵⁷ Essa diferença na população sozinha não dá conta de explicar o maior número de anúncios de escravos fugitivos do sexo masculino.

Buscando outras explicações para essa desproporção das fugas em relação ao sexo dos fugitivos, a historiografia nacional pode servir-nos como suporte e inspiração. Eduardo Silva nos mostra, por exemplo, que, na relação entre os escravos, a maior responsabilidade no tocante aos filhos era assumida pelas mulheres.⁵⁸ Amantino também compartilha deste pensamento, ressaltando que a existência de laços familiares fortes e, principalmente, a existência de crianças que dependeriam

⁵⁶ BPESC, jornais de Desterro 1849-1888 (ver nota 45).

⁵⁷ APESC, *Ofícios do delegado de polícia para o presidente da província, op. cit.*

⁵⁸ Silva, “Fugas, revoltas e quilombos”, p. 76.





delas diminuíam a fuga das escravas.⁵⁹ Isto não significa, ainda segundo Amantino, que não ocorressem fugas entre as mulheres e seus filhos. Entretanto, não encontramos nenhum caso semelhante na Ilha de Santa Catarina dentro do período de análise deste estudo. Em outras palavras, os laços familiares e a existência de crianças dificultavam e diminuíam a fuga das mulheres. Isto porque fugir não era uma tarefa fácil e muitas mulheres podem não ter desejado arriscar a vida de seus filhos em esconderijos precários, com falta de alimentos, higiene, vestimentas, enfim, as condições rígidas da maioria das fugas. Também abandonar as crianças e fugir sozinha não foi a melhor opção para essas mulheres que, ao que tudo indica, preferiam permanecer em cativeiro e ali negociar melhoria para a sua vida e a de seus filhos.

Essa hipótese é também reforçada pelo pequeno número de crianças entre os fugitivos, apenas 6 escravos possuíam menos de 15 anos, de um total de 68 anúncios que fazem referência à idade dos fugitivos. Além disso, em 87% dos casos analisados, os escravos possuíam entre 16 e 45 anos.⁶⁰ Apenas para uma faixa etária bem específica de “adultos” parece terem sido convenientes as fugas. Não eram apenas os fatores presentes no cativeiro que influenciavam na decisão pela fuga, as condições posteriores à fuga também interferiam na escolha. Um adulto teria tido condições de se esconder tanto na mata como na cidade, ampliando as opções da fuga. Já uma criança dificilmente teria tentado uma fuga sozinha, além do que teria sido muito facilmente identificada, caso ficasse vagando pelas ruas. Como aponta Amantino, a fuga era um rompimento dos laços e para as crianças tal rompimento deveria ser muito mais difícil, pois ficariam à mercê da sorte, sem abrigo e alimentação, já que não possuíam conhecimentos profissionais específicos que pudesse interessar a quem quer que fosse.⁶¹ Não devemos esquecer que fugir não era apenas conseguir sair da propriedade do seu senhor sem ser pego. A fuga envolvia um longo período em que o escravo devia ficar escondido, longe dos olhos do seu senhor e de possíveis “caçadores de escravos”.⁶² Além disto, o

⁵⁹ Amantino, “O perfil demográfico”, p. 174.

⁶⁰ BPESC, jornais de Desterro 1849-1888 (ver nota 45).

⁶¹ Amantino, “O perfil demográfico”, p. 176.

⁶² Pessoas que procuravam escravos fugidos por causa das recompensas oferecidas, quase como uma profissão, ou um complemento ao salário.



fugitivo estava exposto às mais variadas situações até encontrar um abrigo seguro: chuva, frio, falta de alimentos e cansaço físico. Para uma criança seria mais complicado, até mesmo para encontrar quem lhe desse coito, pois, nesse caso, geralmente havia uma troca de favores, onde o escravo trabalhava de graça ou por uma quantia menor. Para os idosos também era mais difícil suportar as dificuldades de uma fuga, devido a os mais velhos geralmente possuírem a saúde debilitada, tanto pela idade como pelas condições de trabalho.

Dos casos de crianças que fugiram, apenas uma traz informações que possam indicar o motivo da fuga. Trata-se de um escravo chamado Carlos, que fugiu de bordo do Patacho *Maria Izabel*, cujo nome do senhor não aparece no anúncio, talvez porque o cativeiro de seu escravo era ilegal, já que ele era africano da Mina e possuía apenas 10 anos, sendo o anúncio datado de 1866.⁶³ Esse pode ter sido o motivo que levou o escravo tão jovem à fuga, à não aceitação de seu cativeiro. Dos três escravos idosos que fugiram, dois demonstram ser bem conhecidos e possuir quem os acoitasse. Um pertencia a José Luiz Correa de Mello, seu nome não aparece especificado, porém seu senhor descreveu, no ano de 1859, que “ele já andava fugido há mais de um ano e tinha indícios que estava acoitado na Várzea Grande dos Ratones”.⁶⁴ O outro cativeiro, fugido no ano de 1881, possuía 50 anos, chamava-se Domingos e pertencia a Miranda dos Santos. Segundo o anúncio de seu senhor, Domingos era bem conhecido e andava por diversas partes da cidade “curando de feitiços e fazendo remédios para dar fortuna e servindo de ‘onze’ por preços razoáveis”.⁶⁵ Estes dois casos mostram que, provavelmente, para um cativeiro de idade avançada arriscar-se em uma fuga era preciso ter certas garantias de que não ficaria desamparado, ou, como no caso do escravo Domingos – que, inclusive, parece ser bem conhecido e influente – ter uma forma de ganhar a vida.

O aparecimento de pistas que levavam os senhores a desconfiar do paradeiro de seus cativos foi constante durante todo o período analisado. Muitos anúncios mencionam o caminho que o escravo fugitivo esta-

⁶³ BPESC, *O Mercantil*, nº 560, 14/10/1866.

⁶⁴ BPESC, *O Argos*, nº 504, 15/10/1859.

⁶⁵ BPESC, *Jornal do Comércio*, nº 142, 07/07/1881.



va tomando por alguém tê-lo avistado, andando em certa direção. Isto sinaliza para uma familiarização das pessoas da região com os cativos, fato que, com certeza, dificultava a fuga de alguém que não possuía local para se abrigar, pois seria facilmente reconhecido, caso ficasse vagando pelas ruas. Outros casos ainda adicionam a suspeita de o escravo estar voltando para o local de seu antigo cativeiro. Foi o que ocorreu com o escravo Agostinho, pertencente à Rita Ignácia da Rocha, no ano de 1865. Agostinho era africano e possuía entre 30 e 40 anos. Havia sido visto em São José, andando na direção de Tijucas Grande, local onde havia sido escravo anteriormente, pertencendo a Florentino Francisco da Silva.⁶⁶ Também o escravo Lourenço, de Anna Francisca da Gama, fugiu no ano de 1851, levantando a suspeita em sua senhora de que voltava para “as bandas da Caiera”, onde fora escravo anteriormente.⁶⁷ A escolha por retornar ao local onde já fora escravo, e fora vendido, alugado ou emprestado, podia não estar ligada somente à preferência pelo antigo cativeiro, mas aos laços de amizade e parentesco que havia deixado no local. Mesmo quando se juntar a conhecidos não tenha sido o motivo da fuga, esses locais poderiam representar uma garantia de esconderijo.

Através dos anúncios de jornal, é difícil perceber o tempo que durou a fuga e se o desejo do escravo era de abandonar o cativeiro definitivamente ou apenas por um período. Isso somente é possível nos casos em que o fato de o escravo já estar fugido há um bom tempo for mencionado pelo senhor no anúncio, o que demonstra o desejo de rompimento. No ano de 1849, o *Conciliador Catharinense* anunciou dois escravos que já andavam fugidos há um bom tempo, tratava-se de Joaquim, pertencente a Brazilio de Almada, e Alexandre, pertencente a um senhor chamado Gassier.⁶⁸ Joaquim era um pardo carpinteiro e andava fugido há 14 meses. Alexandre era um escravo fula, de profissão pedreiro. Essas fugas reforçam o argumento de que, mesmo que as profissões acrescentassem melhorias à vida do cativo, em alguns momentos eles poderiam possuir motivos além da condição de trabalho para fugir, sendo assim, mesmo os cativos especializados teriam, em alguns momentos, motivos

⁶⁶ BPESC, *O Mercantil*, nº 439, 21/05/1865

⁶⁷ BPESC, *O Novo Íris*, nº 167, 31/10/1851.

⁶⁸ BPESC, *O Conciliador Catharinense*, nº 5, 23/05/1849; idem, nº 15, 27/07/1849 (respectivamente).





para fugas. Talvez, em determinadas circunstâncias, o conhecimento de um ofício tenha dado ao escravo alguma segurança, pois poderia continuar com a mesma profissão após a fuga. Talvez tenha havido casos em que a fuga já tivesse sido combinada com alguém que acoitaria o fugitivo em troca de seus serviços. Infelizmente, os motivos que levaram os cativos acima citados à fuga não ficam claros nos anúncios.

Em 1864, outro escravo chamado Luiz, de 20 anos, foi anunciado como fugido, havia três meses, da casa de José Agostinho de Maria, porém seu senhor chamava-se Luiz José Pereira.⁶⁹ Aqui, o motivo da fuga de Luiz pode estar relacionado com essa transferência de cativeiro, possivelmente indesejada pelo cativo. No ano de 1869, novamente dois escravos foram anunciados como fugidos há um bom tempo, ambos pertencentes ao senhor Ponciano Antonio de Lemos. Um era Luiz, africano de 40 anos, fugido há cerca de três anos. O outro se chamava Manoel, crioulo de 24 anos, fugido há oito meses.⁷⁰ O fato de dois cativos pertencentes a um mesmo senhor terem fugido em períodos distintos indica que os riscos da fuga e as condições, às vezes precárias, de esconderijo se estavam mostrando mais favoráveis para eles do que permanecer sob o jugo de seu senhor. Mesmo que a motivação exata para um rompimento, uma fuga mais longa ou até definitiva não fique explícita através dos anúncios, podemos perceber uma distinção entre os propósitos da fuga. O objetivo de romper com o cativeiro estava implícito também entre os objetivos de Roza, escrava crioula pertencente a Justino José Alves Jacutinga. Roza fugiu duas vezes, em momentos distintos, uma no ano de 1866 e outra no ano de 1868.⁷¹ A reincidência na fuga aponta para o desejo da escrava de realmente abandonar este senhor, pois, mesmo a captura ou à volta ao cativeiro depois de um período não impediu que fugisse novamente, ou seja, provavelmente o motivo que desencadeou a primeira fuga permaneceu sem resolução, ou até mesmo novos descontentamentos motivaram esta escrava a uma nova fuga.

Embora tanto os documentos policiais quanto os anúncios de jornal muitas vezes nos deixem desapontados pela pequena quantia de in-

⁶⁹ BPESC, *O Mercantil*, nº 366, 07/08/1864.

⁷⁰ BPESC, *O Despertador*, nº 657, 15/05/1869.

⁷¹ BPESC, *O Mercantil*, nº 573, 25/10/1866; idem, nº 726, 23/04/1868, (respectivamente).



formações que fornecem, também nos deixam claro que as fugas e os quilombos estiveram presentes em diversos locais da Ilha de Santa Catarina em diferentes momentos. Transparece o incômodo que estes últimos causaram tanto à população como às autoridades na Ilha e em seus arredores. Sendo assim, forneciam um local seguro, pelo menos a princípio, para os escravos que buscavam escapar do cativeiro. Para senhores e autoridades locais, representavam um perigo, pois, além da prática de roubos e furtos, poderiam servir de exemplo para outras fugas. A contribuição das fugas e dos quilombos se assemelha à das demais formas de reivindicações escravas: foi remodelando e ressignificando algumas práticas escravistas que acabaram por pressionar de diversos modos para o fim da escravidão. Ressalte-se que as relações de resistência, acomodação, solidariedade, enfim, as relações sociais ocorridas durante o período de análise deste estudo não devem ser vistas como dicotômicas: senhores de um lado, escravos de outro, nem como fechadas em cada propriedade escravista. Devem, sim, ser vistas como teias de relações que envolviam muitas pessoas e situações distintas ao mesmo tempo, sendo que nem sempre os senhores nem os escravos estiveram unidos com um mesmo propósito, contudo, em muitos momentos, se auxiliaram, para alcançar objetivos comuns e tentar obter as melhorias que almejavam para suas vidas, famílias ou propriedades.

Devemos considerar que as transformações sociais não ocorrem naturalmente ou linearmente, sendo necessária a atuação de forças tanto para a manutenção como para a mudança nas estruturas sociais. A diminuição dos quilombos da Ilha de Santa Catarina a partir de meados do século XIX deve ser analisada dentro do contexto de transformações do sistema escravista. A diminuição da entrada de escravos africanos em Santa Catarina, e no Brasil como um todo, assim como a adaptação e a modelação que o cativeiro sofria constantemente – devido à busca de melhores condições de vida, por parte dos escravos e de melhor produção e maior lucro por parte dos senhores – fizeram com que os quilombos passassem a ser uma opção menos atrativa para os cativos na Ilha de Santa Catarina. Isso não significa que eles se conformaram com a escravidão e com suas forma de vida, apenas que outras opções de luta e de negociação ganharam mais importância aos olhos dos escravos.



Resumo

Este artigo trata das fugas escravas na Ilha de Santa Catarina durante o século XIX. A pesquisa se baseou na análise dos anúncios de fuga publicados em jornais, da correspondência entre presidente da província, chefe de polícia, subdelegados e juízes, bem como de processos envolvendo escravos fugitivos. Podemos perceber uma rede intensa e rica de relações entre os escravos e destes com a comunidade. A fuga era produto de um cálculo entre as vantagens e as dificuldades a que o escravo estava exposto no cativeiro e as que encontraria em uma fuga. A análise da opção que o escravo fazia entre fugir ou permanecer sob o jugo de seu senhor depende do entendimento das relações interpessoais, das condições do cativeiro e da sociedade em que estava envolto.

Palavras chave: Escravidão – Escravos Fugitivos – Ilha de Santa Catarina – Século XIX

Runaway Slaves and Maroon Communities in the Island of Santa Catarina (1800s)

Abstract

This article deals with runaway slaves in the Island of Santa Catarina, in southern Brazil, during the nineteenth century. The study is based on the analysis of newspaper ads reporting runaways, on the correspondence between the president of the Province of Santa Catarina and police and judicial authorities, as well as on judicial processes involving runaway slaves. We can identify an important network among slaves and between slaves and other groups in the population. The decision to run away was based on an analysis of the advantages and difficulties that the slave endured in captivity and those that he/she would find after escaping. Understanding the thought processes that led to these decisions requires a comprehension of interpersonal relations, of the specific conditions of the individual's captivity and of the surrounding society.

Keywords: Slavery – Runaway Slaves – Island of Santa Catarina – Nineteenth Century